



**Nota Técnica**  
Número 193 – Abril 2018

**Análise da evolução do  
crédito no período recente  
2014 - 2017**

**DIIESE**  
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE  
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

# Análise da evolução do crédito no período recente - 2014 - 2017

## Introdução

A Nota Técnica 135 (DIEESE, 2014)<sup>1</sup>, divulgada pelo DIEESE em maio de 2014, destacou o papel do crédito na economia brasileira no período que vai da crise econômica internacional, em 2008, até 2013, mostrando como a evolução foi fundamental para a rápida reação do país e para um bom nível de crescimento naquele momento. A NT também mostrava como os bancos públicos foram instrumentos fundamentais de política econômica, primeiro em função da determinação do governo de utilizá-los para ampliar o crescimento do crédito (política anticíclica), a partir de 2008, e depois, de 2012 para a frente, na tentativa de redução do spread bancário no Brasil. O estudo apontava ainda para a importância do crédito com recursos direcionados (imobiliário, rural e do BNDES) para a manutenção da dinâmica econômica do Brasil naquela época.

O período posterior foi marcado por mudanças importantes na economia do país, com desaceleração do crescimento do PIB, em 2014, e forte recessão a partir de 2015, acompanhadas pela rápida e intensa elevação da taxa de desemprego. Nesse cenário de dificuldades econômicas para as empresas e as famílias, o crédito também passou por uma inflexão e, após 2014, apresentou dinâmica bem diferente da observada anteriormente, com baixa ampliação e redução do saldo de empréstimos.

Esta Nota Técnica analisa o comportamento do crédito no contexto de desaceleração e recessão econômica no Brasil entre 2014 e 2017, em perspectiva comparada com o período anterior, destacando o comportamento dos empréstimos às famílias e às empresas, com recursos livres e direcionados e ainda de acordo com a origem de capital das instituições financeiras – bancos públicos e bancos privados.

## O crédito às pessoas físicas e jurídicas

Em dezembro de 2017, o saldo total das operações de crédito no Brasil foi de R\$ 3,086 trilhões - R\$ 1,649 trilhão (53,4% do total) destinado às pessoas físicas e R\$ 1,437 trilhão (46,6%) às jurídicas. Em relação a janeiro de 2014, o saldo total de crédito

---

<sup>1</sup> DIEESE (2014).

no Brasil caiu 11,3% em termos reais, resultado principalmente da redução dos financiamentos para as empresas, que apresentaram queda real de 22,8% no período, enquanto o crédito para as famílias manteve-se praticamente estável, com leve elevação real de 2,1%.

**TABELA 1**  
**Saldo<sup>1</sup> das operações crédito por pessoa jurídica e física**  
**Brasil - Janeiro de 2014 a dezembro de 2017**

Período	Saldo (em R\$ Milhões de dez/2017)			Participação Relativa	
	Total	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Pessoa Física
jan/14	3.477.179	1.861.788	1.615.391	53,5%	46,5%
dez/14	3.654.132	1.943.565	1.710.567	53,2%	46,8%
dez/15	3.522.615	1.867.996	1.654.620	53,0%	47,0%
dez/16	3.197.038	1.590.390	1.606.648	49,7%	50,3%
dez/17	3.085.639	1.436.993	1.648.646	46,6%	53,4%
<b>Varição Acumulada</b>	<b>-11,3%</b>	<b>-22,8%</b>	<b>2,1%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Banco Central do Brasil  
 Elaboração: DIEESE - Rede Bancários  
 Nota: (1) Deflator IPCA-IBGE

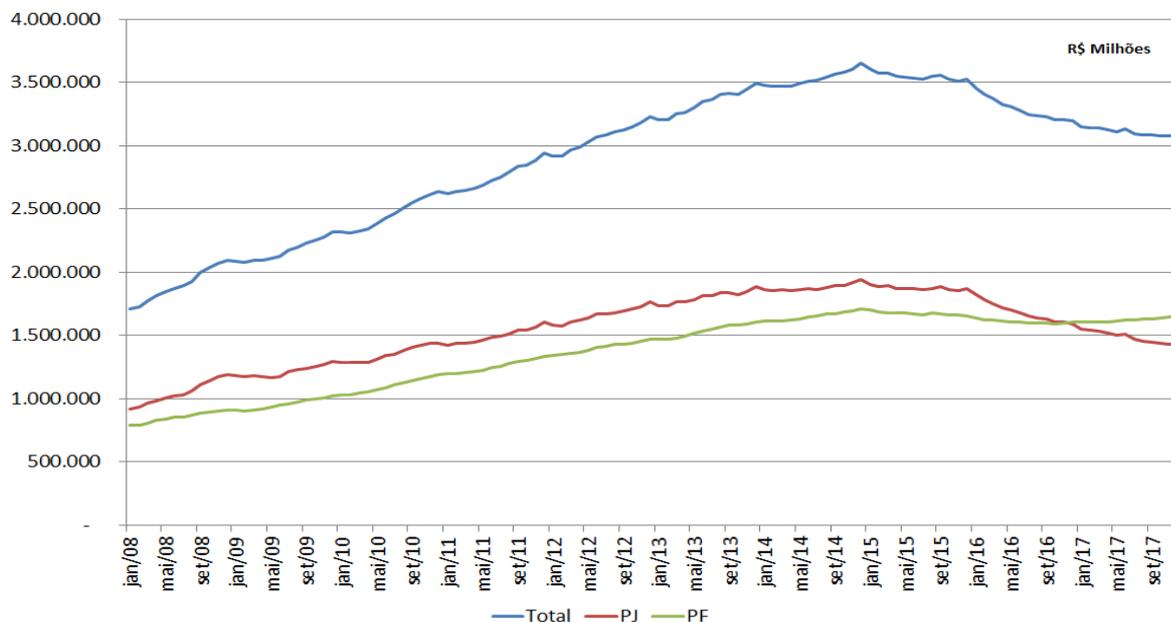
A queda expressiva do crédito às pessoas jurídicas, entre 2014 e 2017, gerou uma nova situação, na qual, de forma inédita, a partir de 2016, a participação relativa do crédito às famílias tornou-se maior do que a do financiamento às empresas. O comportamento verificado no período recente difere de forma intensa daquele observado entre 2008 e 2013, quando o crédito apresentou forte elevação real acumulada, de 105%, com aumento quase idêntico para pessoa física (alta de 104,4%) e jurídica (alta de 105,5%) (DIEESE, 2014).

Naquele período, o crédito foi parte da engrenagem que garantiu a rápida retomada da economia brasileira após o início da crise econômica internacional e um nível relativamente elevado de crescimento do PIB até 2013. Isso se deu notadamente em função da determinação do governo federal, em 2008, de utilizar os bancos públicos para elevar crédito e, assim, aquecer o mercado interno, determinante para a expansão da produção, do emprego e da renda.

O Gráfico 1 ilustra a mudança do saldo de crédito no país a partir do final de 2014, quando teve início um processo de redução dos níveis de financiamento. Isso ocorreu junto com forte desaceleração do crescimento do PIB (+0,5%) e piorou com a

entrada do país no processo de intensa recessão - em 2015, queda de -3,55%; em 2016, de-3,46%; e relativa estabilidade em 2017 (+1,0%).

**GRÁFICO 1**  
**Saldo<sup>1</sup> das operações crédito por pessoa jurídica e física**  
**Brasil - Janeiro de 2008 a dezembro de 2017**



Fonte: Banco Central do Brasil  
Elaboração: DIEESE - Rede Bancários  
Nota: (1) Deflator IPCA-IBGE

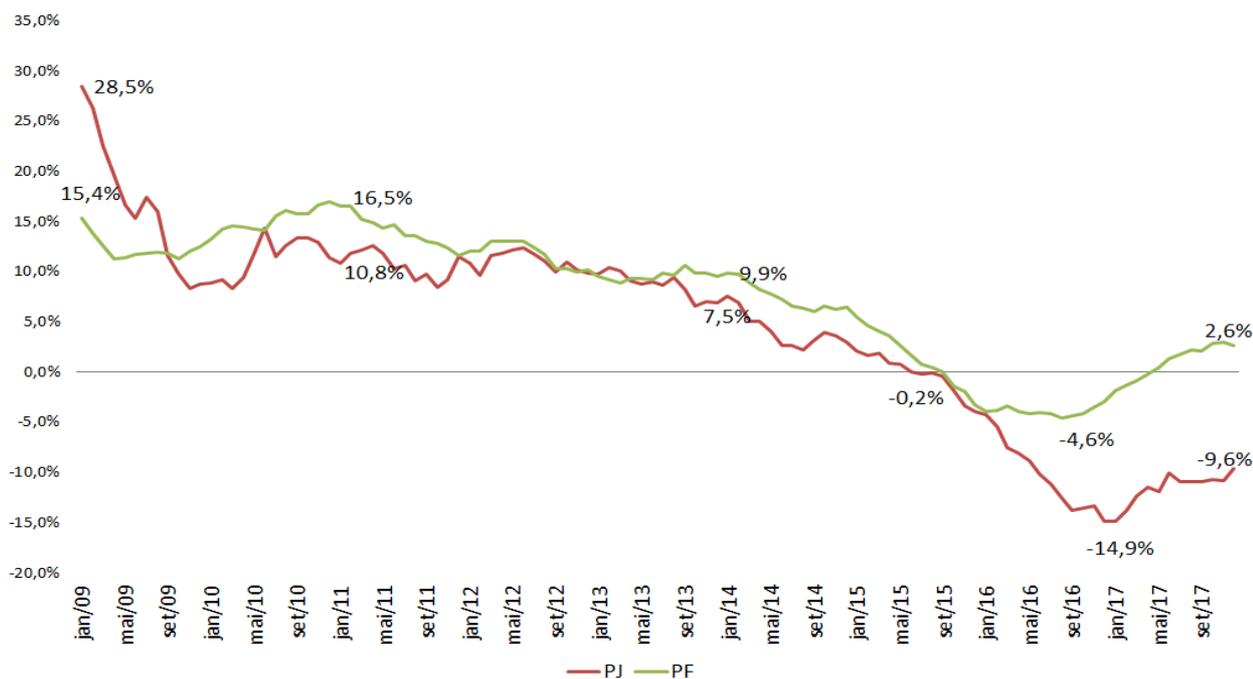
Contribuíram para este cenário o contexto internacional desfavorável, as políticas de ajuste fiscal implementadas a partir de 2015, o cenário político conturbado do país, a Operação Lava Jato, que afetou significativamente grandes empresas brasileiras, principalmente nos setores de construção e petróleo, além de um processo estrutural e de longo prazo de desindustrialização, que retira o dinamismo econômico do Brasil e o coloca em posição subordinada na divisão internacional do trabalho.

Segundo DIEESE (2014, p. 4):

Quando se observa a taxa de crescimento real acumulado em 12 meses para os diferentes tipos de crédito, nota-se uma tendência mais recente de desaceleração do crédito às empresas. Enquanto, em janeiro de 2009, os empréstimos PJ se expandiram a uma taxa anual de 28%, em termos reais, o ritmo caiu para 7%, em dezembro de 2013. Para as famílias, o crédito, que crescia a 15% no início de 2009, chegou ao fim de 2013 com expansão real de 10% em 12 meses, também apresentando desaceleração, porém, em menor intensidade que os empréstimos às empresas.

O período posterior, aqui analisado, acentuou essa tendência de enorme deterioração do crédito às empresas e, em menor grau, às famílias (Gráfico 2).

**GRÁFICO 2**  
**Taxa de crescimento real acumulado em 12 meses do**  
**Saldo<sup>1</sup> das operações de crédito PJ e PF - Brasil**  
**Janeiro de 2009 a dezembro de 2017**



Fonte: Banco Central do Brasil  
 Elaboração: DIEESE - Rede Bancários  
 Nota: (1) Deflator IPCA-IBGE

Em janeiro de 2014, o crédito PJ ainda crescia a uma taxa real acumulada de 7,5%, em 12 meses, e o financiamento à PF aumentava a 9,9% a.a. Já no final daquele ano, as taxas reais eram de 3,0% e 6,5%, para PJ e PF, respectivamente. No fim de 2015, a variação passou a ser negativa. A queda real chegou a 3,9%, para empresas, e 3,3%, para famílias. Em 2016, o crédito para a PF teve a queda suavizada e passou a crescer novamente a partir de maio de 2017, chegando ao final do período com alta real de 2,6% em 12 meses. Já o crédito PJ, em 2016, começou a despencar, chegando, em dezembro, à redução real anual de 14,9%. Desde então, a deterioração continua. No fim de 2017, a variação negativa ainda estava próxima a 10%.

Do ponto de vista do crédito às famílias, o declínio intenso de diversos indicadores econômicos e sociais parece ter contribuído para o movimento observado a partir de 2014. A taxa de desocupação, por exemplo, passou de 6,8%, em 2014, para 12,7%, em 2017, o que significou elevação de 6,5 milhões de desempregados nesse período, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Do ponto de vista da demanda de crédito, a alta no desemprego e a queda do rendimento médio real dos trabalhadores, juntamente com altos níveis inflacionários em 2015 e 2016, reduziram o consumo das famílias e, conseqüentemente, a procura por empréstimos no setor financeiro.

Segundo o Indicador Serasa *Experian* de Demanda do Consumidor por Crédito<sup>2</sup>, entre 2008 e 2011 (exceto em 2009), foram registradas altas taxas de crescimento do número de pessoas que buscou crédito no país. A partir de 2012, observaram-se taxas de crescimento bem mais modestas, pelo menos até 2016, quando houve pequena retomada da demanda por financiamentos, com elevação de 3,7%. Essa recuperação ganhou força em 2017, com alta, ainda que tímida, de 4,9%. No entanto, sem uma mudança profunda na atual política econômica, essa retomada não deve se mostrar sustentável, principalmente em contexto de restrição dos gastos públicos, com a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que congelou, em termos reais, os gastos não financeiros da União por 20 anos; e, com a aprovação da reforma trabalhista, que deverá generalizar formas precárias de emprego, com padrões rebaixados e instáveis de contratação, remuneração e jornada de trabalho.

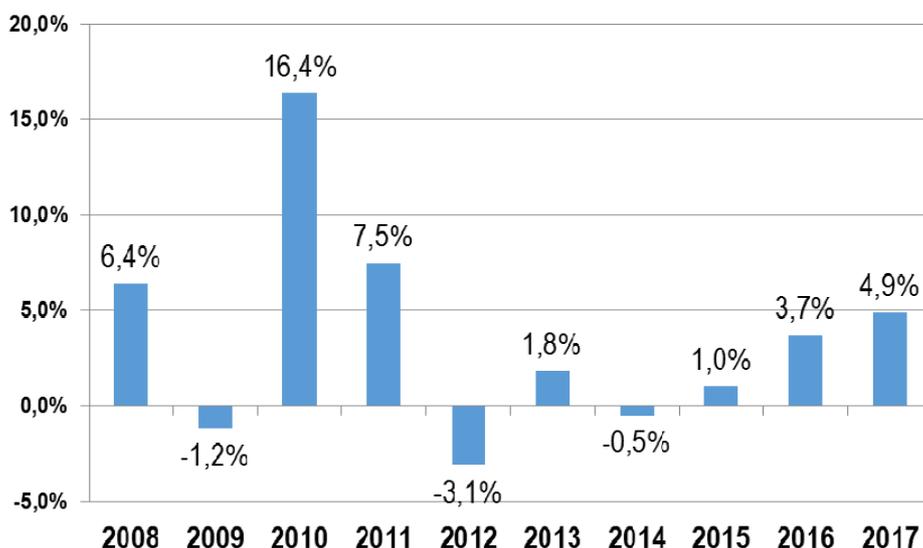
Este cenário, aliado à possível aprovação da reforma da previdência, com restrição do acesso e rebaixamento dos valores das aposentadorias, deve configurar um estreitamento do mercado interno, o que trará conseqüências negativas para o crédito das famílias. O volume dos financiamentos deve ser reduzido, em função das taxas de juros, que deverão ser elevadas pelas instituições financeiras à medida que elas avaliarem que o novo padrão de emprego e remuneração trará maior risco de inadimplência por parte dos tomadores de crédito pessoas físicas.

---

<sup>2</sup> “O Indicador Serasa *Experian* da Demanda do Consumidor por Crédito é construído a partir de uma amostra significativa de CPFs, consultados mensalmente na base de dados da Serasa *Experian*. A quantidade de CPFs consultados, especificamente nas transações que configuram alguma relação creditícia entre os consumidores e instituições do sistema financeiro ou empresas não financeiras, é transformada em número índice (média de 2008 = 100). O indicador é segmentado por região geográfica e por classe de rendimento mensal.” (Serasa *Experian*)

O crescimento do crédito à pessoa física, com recursos livres, em 2017, se deu principalmente na linha de cartão de crédito parcelado, com alta real de 45,3%. Essa linha apresentou uma das mais elevadas taxas de juros, alcançando, em dezembro de 2017, o patamar de 169% ao ano, colocando sérias restrições ao orçamento das famílias e estabelecendo claros limites à continuidade do processo de retomada. De acordo com dados do Banco Central, o comprometimento de renda das famílias com juros da dívida com o Sistema Financeiro Nacional chegou a 9,56% em 2017. Para efeito de comparação, o percentual gasto com juros, em 2005, início da série histórica do BC, era de 4,8%, ou seja, praticamente metade do comprometimento atual.

**GRÁFICO 3**  
**Indicador de Demanda do Consumidor por Crédito – Variação Acumulada Anual**  
**Brasil – 2008 a 2017**



Fonte: Serasa Experian  
 Elaboração: DIEESE - Rede Bancários

Com relação ao crédito para as empresas, vale destacar que os setores econômicos que mais sofreram com a queda do saldo de empréstimos, em termos reais, entre 2014 e 2017, foram a indústria extrativa mineral (-47%), a indústria da construção (-40%), a indústria de transformação (-34%) e o comércio (-33%). Em seguida, com quedas relativamente menores, vêm o setor de transportes (-28%), a agropecuária (-19%) e os outros serviços (-16%) – Tabela 2. Neste período, apenas o crédito aos serviços industriais de utilidade pública e o crédito concedido à administração pública apresentaram crescimento real, de 20% e 39%, respectivamente.

**TABELA 2**  
**Saldo<sup>1</sup> das operações crédito pessoa jurídica por setor de atividade econômica**  
**Brasil - janeiro de 2014 a dezembro de 2017**

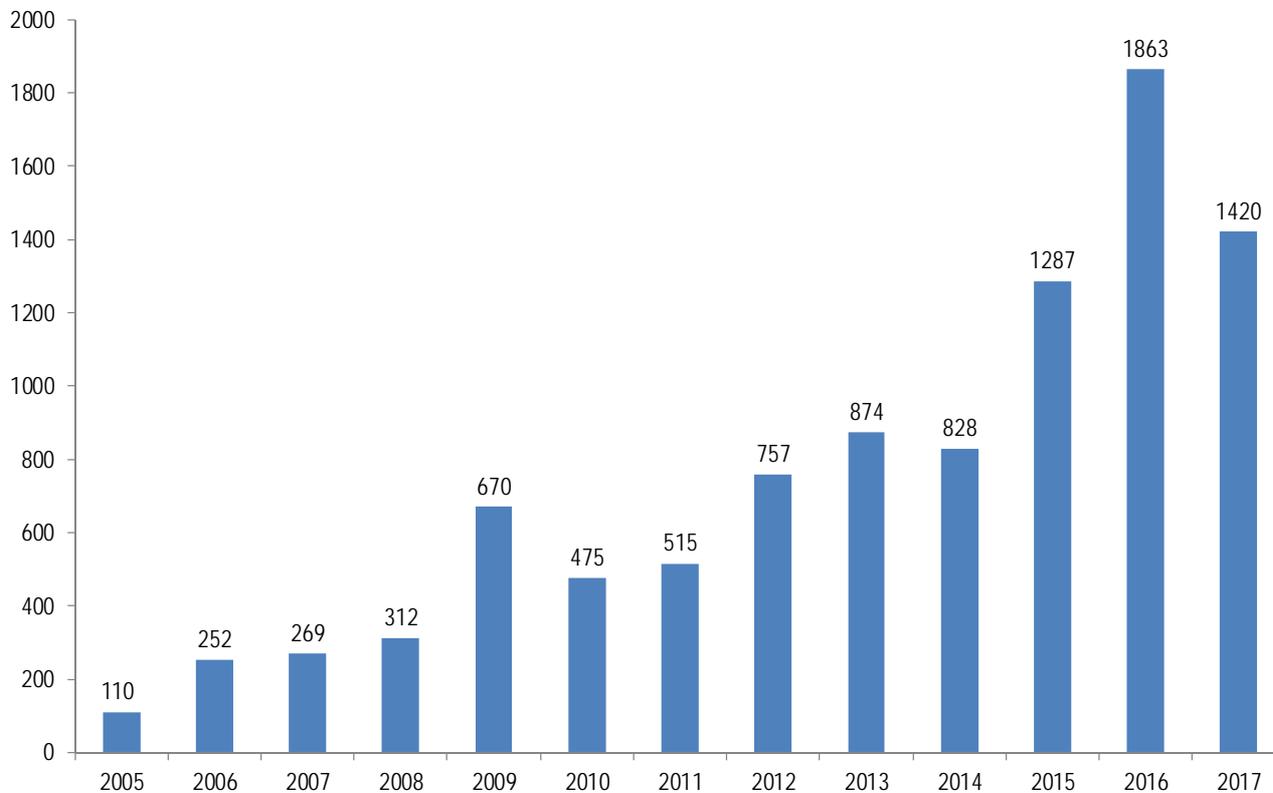
*milhões em reais de dez/2017*

<b>Setor de Atividade</b>	<b>jan/14</b>	<b>dez/14</b>	<b>dez/15</b>	<b>dez/16</b>	<b>dez/17</b>	<b>Variação Acumulada</b>
Agropecuária	27.530	28.484	27.618	24.913	22.251	-19%
Indústria extrativa mineral	40.035	43.675	49.992	32.564	21.204	-47%
Indústria de transformação	550.124	549.025	516.515	422.771	363.061	-34%
Indústria de construção	140.746	142.049	122.861	103.650	84.419	-40%
Serviços industriais de utilidade pública	167.509	212.048	221.794	210.924	201.555	20%
Comércio	376.664	372.397	335.542	282.568	252.128	-33%
Transportes	182.806	188.216	184.792	144.504	131.813	-28%
Administração pública	95.004	120.093	135.138	132.140	132.125	39%
Outros serviços	237.750	246.641	226.737	202.227	199.227	-16%

Fonte: Banco Central do Brasil  
 Elaboração: DIEESE – Rede Bancários  
 Deflator IPCA-IBGE

A recessão econômica de 2015 e 2016 certamente gerou um cenário devastador para as empresas nos mais diversos setores de atividade. O número de pedidos de recuperação judicial, por exemplo, chegou ao maior nível desde 2005, quando entrou em vigor a Nova Lei de Falências, conforme mostra o Gráfico 4.

**GRÁFICO 4**  
**Total de pedidos de recuperação judicial**  
**2005-2017**



Fonte: Serasa Experian  
 Elaboração: Rede Bancários - DIEESE

Ainda que este cenário coloque restrições à busca de empréstimo por parte das empresas, como mostra o Indicador Serasa Experian de Demanda das Empresas por Crédito<sup>3</sup>, que apresentou retração de -1,9%, -2,2% e -0,3% entre 2015 e 2017, é preciso observar também o lado da oferta, ou seja, o comportamento das instituições financeiras nesse cenário.

Nesses mesmos anos, o saldo de crédito às empresas apresentou redução real de -3,9%, em 2015, -14,9%, em 2016, e -9,6%, em 2017. Os bancos tiveram comportamento pró-cíclico, ou seja, reforçaram tanto a fase de alta do ciclo econômico quanto a de recessão. Quando o ciclo da economia está em expansão - com alta da

<sup>3</sup>Indicador que objetiva mensurar a procura de crédito por parte das empresas durante um determinado mês. Construído a partir de uma amostra significativa de CNPJs (cerca de 1,2 milhão), consultados mensalmente na base de dados da Serasa Experian. A quantidade de CNPJs consultados, especificamente nas transações que configuram alguma relação creditícia entre as empresas e instituições do sistema financeiro ou empresas não financeiras, é transformada em número índice (média de 2008 = 100). (SERASA EXPERIAN).

renda, do emprego e da produção -, os bancos tendem a elevar a oferta de crédito, acentuando o ciclo de bonança. Por outro lado, quando a economia está em recessão, com crescimento do desemprego e queda da renda, a percepção de risco por parte dos bancos aumenta e a oferta de crédito é restringida, tanto em termos quantitativos quanto em termos qualitativos, por meio do aumento das taxas de juros.

Na crise de 2008, o Brasil pode contornar esta situação por intermédio da decisão política do governo da época de utilizar os bancos públicos, responsáveis por 54% do crédito no país, como instrumento de política econômica, e elevar o crédito, a fim de reverter o ciclo econômico. Nesse caso, os bancos públicos atuaram como agentes anticíclicos, justamente por não estarem submetidos unicamente à lógica de mercado. No entanto, o atual governo não tem utilizado as instituições financeiras públicas com esta função, como será detalhado mais adiante.

## **Destinação do crédito: recursos livres e direcionados**

A trajetória dos saldos de crédito com recursos livres e direcionados revela a mudança na conjuntura econômica ocorrida ao longo do período entre 2014 a 2017, se comparada ao período analisado na Nota Técnica anterior (2008 a 2013). O saldo de empréstimos com recursos livres, ou seja, aqueles que as instituições financeiras aplicam da forma como querem, atingiu R\$ 1,583 trilhão em dezembro de 2017, o que representou queda real acumulada de -17,0% desde janeiro de 2014. Já o crédito com recursos direcionados, os quais as instituições devem, obrigatoriamente, aplicar em determinadas linhas, em função de leis ou regulamentações e com taxas de juros subsidiadas, passou por queda real de -4,2% em quatro anos, atingindo R\$ 1,503 trilhão.

Com isso, a participação relativa do crédito direcionado no total passou de 45%, em janeiro de 2014, para 49%, em dezembro de 2017. Por outro lado, a participação do crédito livre caiu de 55% para 51% no mesmo período. A queda de participação dos recursos livres pode ser explicada pela recessão da economia brasileira, a partir de 2015.

A manutenção do patamar elevado do crédito direcionado deveu-se ao fato de que a atuação anticíclica dos bancos públicos no período anterior, diante da crise internacional, ocorreu em setores específicos, como indústria (principalmente, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES), agricultura (destacadamente por meio do Banco do Brasil) e habitacional (através da Caixa

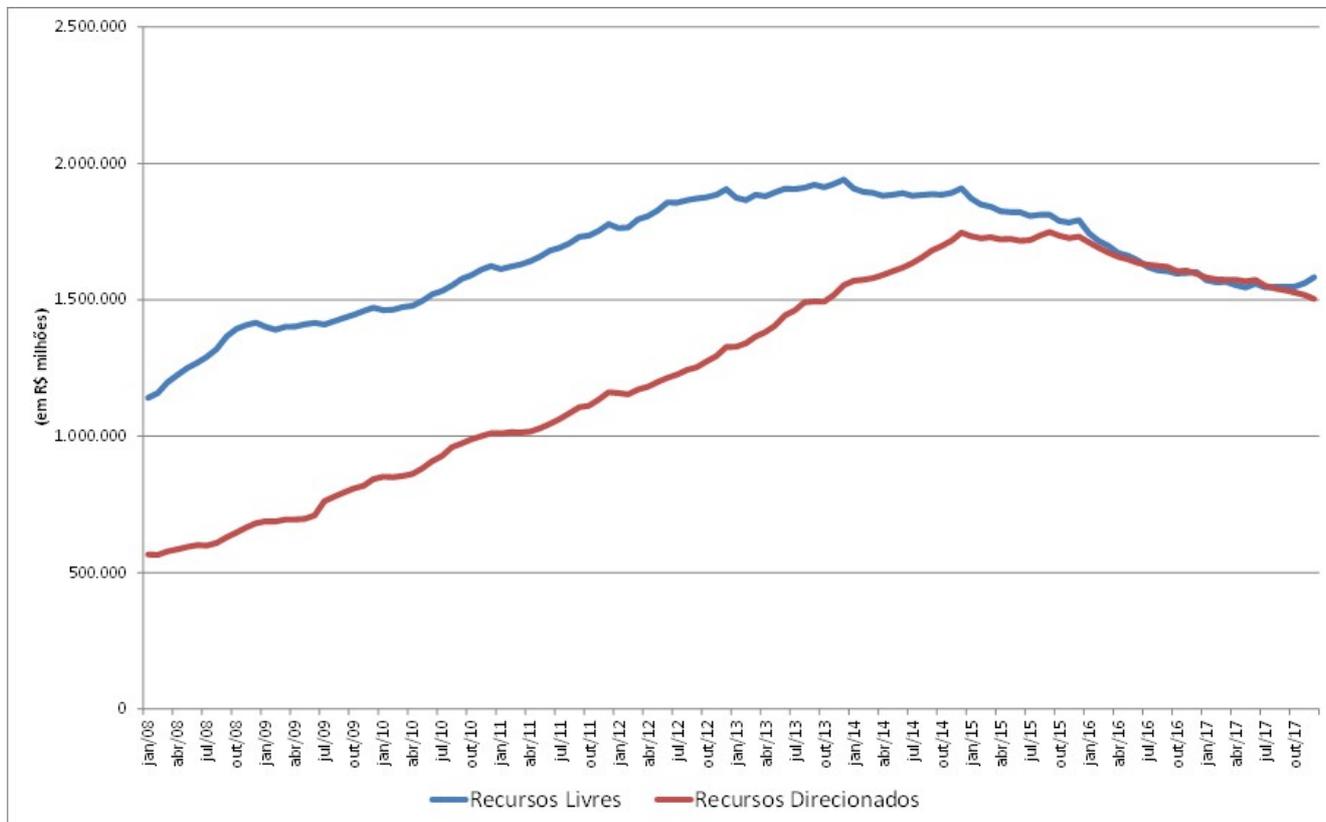
Econômica Federal, principalmente). Esses são segmentos que envolvem operações de prazo mais longo, em que o setor bancário privado tem pouca participação, seja porque as fontes de captação de recursos são de curto prazo ou pela existência de alternativas de aplicação de recursos que garantam alta rentabilidade e baixo risco, em prazos menores (essas informações foram exploradas na Nota Técnica 135, de 2014).

**TABELA 3**  
**Saldo<sup>1</sup> das operações crédito: recursos livres e direcionados**  
**Brasil - Janeiro de 2014 a dezembro de 2017**

Meses	Saldo (em R\$ milhões de dez/2017)		Participação Relativa (em %)	
	Recursos Livres	Recursos Direcionados	Recursos Livres	Recursos Direcionados
jan/14	1.907.785	1.569.396	55%	45%
dez/14	1.998.331	1.745.801	52%	48%
dez/15	1.791.371	1.731.244	51%	49%
dez/16	1.601.845	1.595.193	50%	50%
dez/17	1.582.680	1.502.959	51%	49%
<b>Variação Acumulada de jan/2014 a dez/2017</b>	<b>-17,0%</b>	<b>-4,2%</b>	--	--

Fonte: Banco Central do Brasil  
 Elaboração: DIEESE - Rede Bancários  
 Nota: (1) Deflator IPCA-IBGE

**GRÁFICO 5**  
**Evolução do saldo<sup>1</sup> de operações de crédito: recursos livres e direcionados**  
**Brasil - Janeiro de 2008 a dezembro de 2017**



Fonte: Banco Central do Brasil  
 Elaboração: DIEESE – Rede Bancários  
 Nota: (1) Deflator IPCA-IBGE

O Gráfico 5 aponta o comportamento do crédito livre e direcionado, mostrando o crescimento contínuo ocorrido até o final de 2014. A partir de então, ambos os saldos passaram a cair, acompanhando a atividade econômica. Verifica-se também que, em meados de 2016, devido ao maior ritmo de queda dos recursos livres e menor dos direcionados, o saldo deste último, que sempre foi inferior ao de recursos livres, igualou-se a eles em termos proporcionais.

A taxa de crescimento real acumulado em 12 meses revela que o crescimento do crédito no Brasil passou a ser negativo, a partir de meados de 2014, para os recursos livres e, a partir de janeiro de 2016, para os direcionados. Ou seja, os recursos livres

saíram de um crescimento real anual de 22,8%, em 2009, para recuo de -10,6%, em 2016 (ver Gráfico 6). Já o saldo do crédito com recursos direcionados cresceu 21,6% em termos reais, em 2009, e, embora em ritmo menor do que o de recursos livres, apresentou queda anual de -7,9%, em 2016, e -5,6%, em 2017.

**GRÁFICO 6**  
Taxa de Crescimento real acumulado em 12 meses do saldo das operações de crédito  
Brasil - Janeiro de 2008 a dezembro de 2017



Fonte: Banco Central do Brasil  
Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

Além disso, vale ressaltar que, no período posterior à crise financeira de 2008, conforme mostra o Gráfico 6, as taxas de crescimento do crédito direcionado sempre foram, em percentuais, superiores às dos recursos livres. Desse modo, o crédito com recursos livres, como proporção do PIB, passou de 27,7%, em janeiro de 2014, para 24,1%, ao final de 2017. O crédito com recursos direcionados cresceu, até 2015, de 22,8% para 26,4% do PIB, mas, voltou a cair em 2016 e 2017, chegando a 22,9%.

**TABELA 4**  
**Saldo das operações de crédito em relação ao PIB**  
**Recursos Livres e Direcionados**  
**Brasil - Janeiro de 2014 a dezembro de 2017 (em % do PIB)**

Meses	Recursos livres em relação ao PIB (%)	Recursos direcionados em relação ao PIB (%)
jan/14	27,7	22,8
dez/14	27,3	24,9
dez/15	27,3	26,4
dez/16	24,9	24,8
dez/17	24,1	22,9

Fonte: Banco Central do Brasil  
 Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

## Recursos livres

### Recursos livres para pessoa jurídica

O saldo do crédito com recursos livres destinado às empresas respondeu imediatamente à queda da atividade econômica, despencando 22,9% entre janeiro de 2014 e dezembro de 2017.

A Tabela 5 demonstra que, entre as 16 linhas analisadas, somente quatro tiveram variação positiva: *antecipação de faturas de cartão de crédito* (191,8%), *desconto de duplicata* (107,6%), *cartão de crédito* (17,7%) e *adiantamento sobre contratos de câmbio* (1,5%). Os principais destaques negativos no período foram *desconto de cheques* (-62,6%), *financiamento a importações* (-60,6%), *arrendamento mercantil* (-55,3%), *cheque especial* (-53,7%) e *conta garantida* (-48,9%). No que diz respeito à participação relativa, o destaque negativo ficou por conta de *capital de giro*, que teve redução de -8,4 p.p. em dezembro de 2017, totalizando 40,1% do total do crédito livre PJ, diante de 48,5%, em 2014. Por outro lado, no mesmo período, a linha *desconto de duplicatas* aumentou, passando de 3,6% para 9,6% dos saldos de empréstimos com recursos livres às empresas, conforme mostra a Tabela 6.

**TABELA 5**  
**Saldo<sup>1</sup> das operações crédito com recursos livres - Pessoa jurídica**  
**Brasil - Janeiro de 2013 a dezembro de 2017 (em milhões de R\$ de dez/2017)**

Operações	jan/14	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17	Varição Real Acumulada
Financiamento a exportações	105.493	104.823	109.130	93.632	93.378	-11,5%
Antecipação de faturas de cartão de crédito	8.726	8.531	5.080	3.997	25.460	191,8%
Cartão de crédito	7.568	8.961	9.291	8.495	8.907	17,7%
Capital de giro	460.523	454.128	394.411	331.330	293.642	-36,2%
Aquisição de bens	36.263	34.052	26.572	22.633	23.278	-35,8%
Desconto de duplicatas	33.799	43.561	45.403	47.831	70.181	107,6%
Conta garantida	56.203	55.081	43.675	33.483	28.722	-48,9%
Adiantamento sobre contratos de câmbio	53.957	63.626	73.591	60.099	54.749	1,5%
Cheque especial	19.824	16.603	15.791	11.026	9.169	-53,7%
Desconto de cheques	11.735	10.719	7.902	5.305	4.384	-62,6%
Arrendamento mercantil	25.753	22.079	17.253	13.604	11.501	-55,3%
Repasse externo	31.434	35.311	48.263	34.348	31.034	-1,3%
Financiamento a importações	7.311	6.883	5.870	2.714	2.880	-60,6%
Vendor	8.557	8.729	5.898	4.536	4.069	-52,4%
Comprar	18.711	20.146	16.015	13.676	13.648	-27,1%
Outros créditos livres	64.222	67.107	86.106	82.451	57.139	-11,0%
<b>Total</b>	<b>950.080</b>	<b>960.340</b>	<b>910.254</b>	<b>769.158</b>	<b>732.141</b>	<b>-22,9%</b>

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: DIEESE – Rede Bancários  
 Nota: (1) Deflator IPCA-IBGE

**TABELA 6**  
**Participação relativa das linhas de crédito no total de empréstimos com recursos livres -**  
**Pessoa jurídica - Brasil - janeiro de 2014 e dezembro de 2017 - (em %)**

Modalidade	Jan/2014	Dez/2017	Varição (em p.p.)
Financiamento a exportações	11,1%	12,8%	+1,7 p.p.
Antecipação de faturas de cartão de crédito	0,9%	3,5%	+2,6 p.p.
Cartão de crédito	0,8%	1,2%	+0,4 p.p.
Capital de giro	48,5%	40,1%	-8,4 p.p.
Aquisição de bens	3,8%	3,2%	-0,6 p.p.
Desconto de duplicatas	3,6%	9,6%	+6,0 p.p.
Conta garantida	5,9%	3,9%	-2,0 p.p.
Adiantamento sobre contratos de câmbio	5,7%	7,5%	+1,8 p.p.
Cheque especial	2,1%	1,3%	-0,8 p.p.
Desconto de cheques	1,2%	0,6%	-0,6 p.p.
Arrendamento mercantil	2,7%	1,6%	-1,1 p.p.
Repasse externo	3,3%	4,2%	+0,9 p.p.
Financiamento a importações	0,8%	0,4%	-0,4 p.p.
Vendor	0,9%	0,6%	-0,3 p.p.
Comprar	2,0%	1,9%	-0,1 p.p.
Outros créditos livres	6,8%	7,8%	+1,0 p.p.

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

## Recursos livres para pessoa física (PF)

O saldo de crédito com recursos livres destinados às pessoas físicas apresentou variação real negativa de 11,2%, entre janeiro de 2014 e dezembro de 2017 (Tabela 7).

**TABELA 7**  
**Saldo<sup>1</sup> das operações crédito com recursos livres - Pessoa Física**  
**Brasil - janeiro de 2014 e dezembro de 2017**

(em milhões de reais de dez/2017)

Modalidade	jan/14	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17	Varição Real Acumulada
Cartão de crédito total	184.986	195.457	189.750	190.351	201.149	8,7%
Crédito pessoal consignado total	285.326	303.395	298.203	296.065	310.440	8,8%
Crédito pessoal não consignado vinculado à renegociação de dívidas	30.339	27.585	30.017	31.936	30.662	1,1%
Crédito pessoal não consignado	126.670	124.391	117.660	104.686	101.673	-19,7%
Aquisição de veículos	247.351	222.999	176.297	147.778	149.678	-39,5%
Cheque especial	32.101	29.852	27.042	24.039	21.734	-32,3%
Desconto de cheques	1.971	1.819	1.497	1.195	1.019	-48,3%
Aquisição de outros bens	14.717	14.502	12.212	10.459	9.495	-35,5%
Arrendamento mercantil total	9.442	4.021	2.286	1.504	1.116	-88,2%
Outros créditos livres	24.800	23.969	26.154	24.674	23.575	-4,9%
<b>Total</b>	<b>957.705</b>	<b>947.991</b>	<b>881.117</b>	<b>832.688</b>	<b>850.539</b>	<b>-11,2%</b>

Fonte: Banco Central do Brasil  
Elaboração: DIEESE - Rede Bancários  
Obs.: Deflator IPCA-IBGE

Os destaques negativos no período foram *arrendamento mercantil total* (-88,2%), *desconto de cheques* (-48,3%) e *aquisição de veículos* (-39,5%). Somente três linhas entre as 10 analisadas tiveram expansão, em termos reais: *crédito pessoal consignado* (8,8%), *cartão de crédito total* (8,7%) e *crédito pessoal não consignado vinculado à renegociação de dívidas* (1,1%).

Em dezembro de 2017, a modalidade *crédito pessoal consignado total* foi responsável por 36,5% do saldo total de empréstimos com recursos livres PF, apresentando aumento de 6,7 pontos percentuais, na comparação com janeiro de 2014. As modalidades *cartão de crédito total* e *aquisição de veículo* representaram, respectivamente, 23,6% e 17,6% do total de empréstimos com recursos livres PF, em dezembro de 2017. Destaca-se ainda a queda de -8,2 pontos percentuais da participação do crédito *aquisição de veículos*, em quatro anos. A linha que apresentou a segunda

maior variação foi *cartão de crédito total*, com aumento de 4,3 p.p. desde janeiro de 2014, conforme Tabela 8.

**TABELA 8**  
**Participação relativa (%) das linhas de crédito no total de empréstimos com recursos livres - Pessoa Física**  
**Brasil - Janeiro de 2014 e dezembro de 2017**

<b>Modalidade</b>	<b>Jan/2014</b>	<b>Dez/2017</b>	<b>Variação (em p.p.)</b>
Cartão de crédito total	19,3%	23,6%	+4,3 p.p.
Crédito pessoal consignado total	29,8%	36,5%	+6,7 p.p.
Crédito pessoal não consignado vinculado à renegociação de dívidas	3,2%	3,6%	+0,4 p.p.
Crédito pessoal não consignado	13,2%	12,0%	- 1,2 p.p.
Aquisição de veículos	25,8%	17,6%	- 8,2 p.p.
Cheque especial	3,4%	2,6%	- 0,8 p.p.
Desconto de cheques	0,2%	0,1%	- 0,1 p.p.
Aquisição de outros bens	1,5%	1,1%	- 0,4 p.p.
Arrendamento mercantil total	1,0%	0,1%	- 0,9 p.p.
Outros créditos livres	3,3%	3,7%	+ 0,4 p.p.

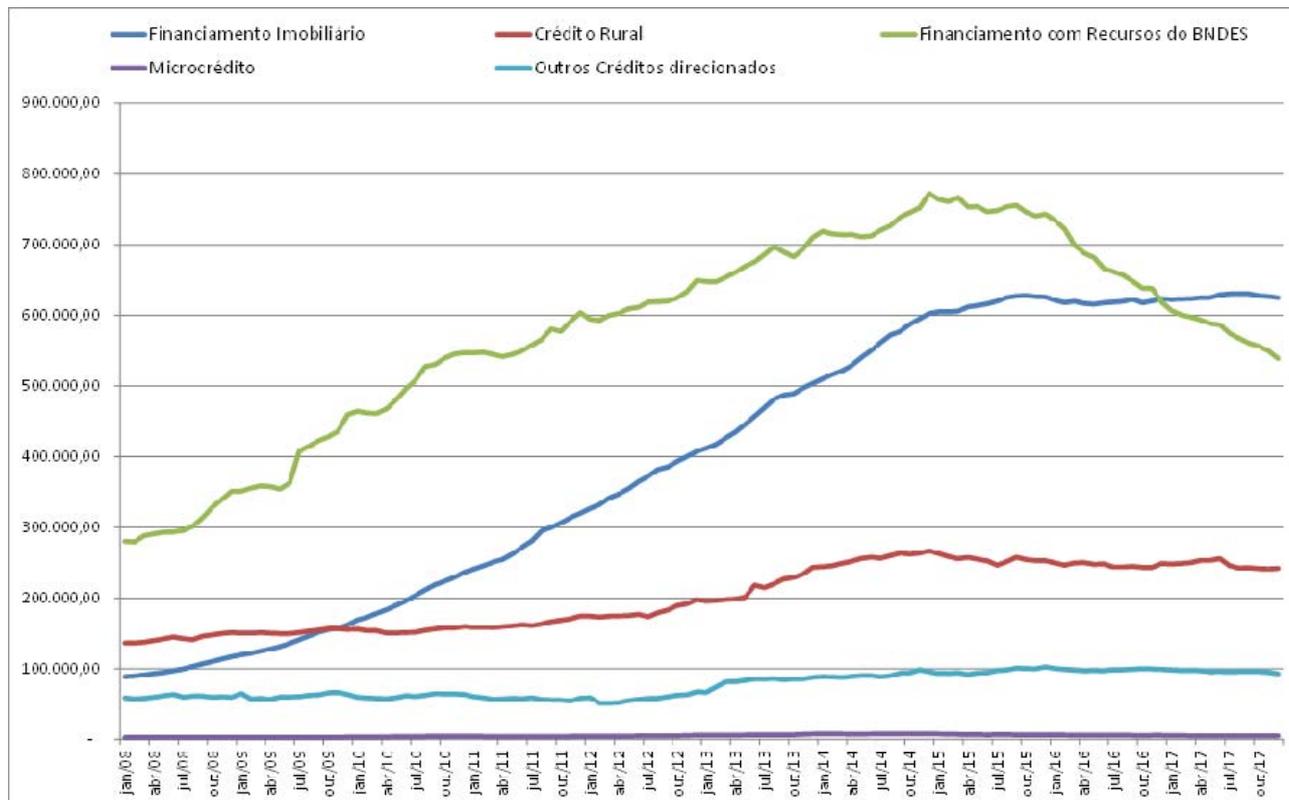
Fonte: Banco Central do Brasil  
 Elaboração: DIEESE - Rede Bancários

## Recursos direcionados

Como verificado anteriormente, os recursos direcionados tiveram papel importante na retomada do crescimento do crédito e da economia, após a crise financeira internacional, e a atuação dos bancos públicos foi fundamental na concessão e gestão desses recursos.

Entre as diferentes modalidades de crédito concedidas a taxas subsidiadas, duas se destacaram no período em análise: o *financiamento imobiliário* e os *empréstimos realizados com recursos do BNDES*. Ambas tiveram crescimento significativo após a deflagração da crise financeira (Gráfico 7), no entanto, a partir de 2016, num contexto de recessão da economia brasileira e mudanças na condução da política econômica, a trajetória de crescimento foi interrompida.

**GRÁFICO 7**  
**Evolução do saldo<sup>1</sup> das modalidades de crédito direcionado**  
**Brasil – jan/2008 e dez/2017**

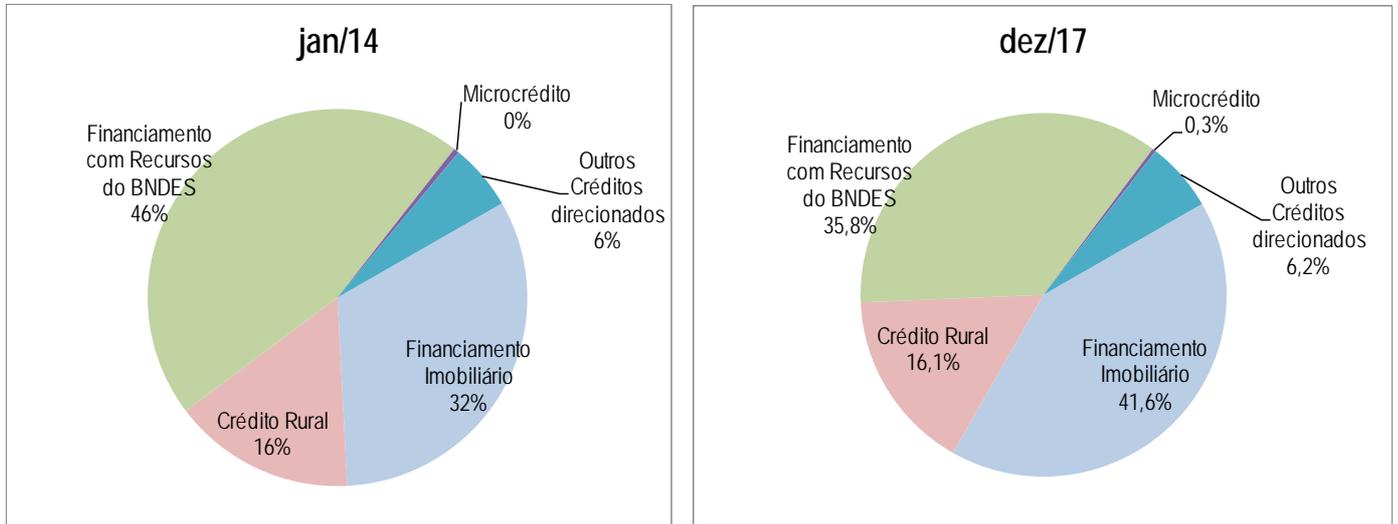


Fonte: Banco Central do Brasil  
 Elaboração: DIEESE - Rede Bancários  
 Nota: (1) Deflator IPCA-IBGE

O crédito imobiliário foi um dos que mais cresceram no país. Segundo dados do Banco Central, o volume do saldo da carteira de crédito direcionado para aquisição e financiamento imobiliário cresceu sete vezes (605,3%), entre 2008 e 2017, totalizando R\$ 625 bilhões ao final desse último ano. Esse crescimento se refletiu na maior participação da carteira de crédito imobiliário no total dos recursos direcionados. A participação, que era de 32,0%, em janeiro de 2014, passou a ser de 41,6%, em dezembro de 2017, conforme mostra o Gráfico 8. Lembrando que, em janeiro de 2008, a participação do crédito imobiliário era de somente 15,7% do total do crédito direcionado. Mesmo com a queda da atividade econômica, desde meados de 2014, a participação do financiamento imobiliário ficou praticamente estável.<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Aqui não serão explorados os fatores que influenciaram o crescimento do crédito habitacional entre 2008 e 2014, visto que foram tratados na NT 135. Contudo, é importante salientar que grande parte da expansão desse financiamento deveu-se à atuação da Caixa Econômica Federal que, em 2010, chegou a deter 76% de participação no crédito imobiliário total. Essa participação caiu progressivamente, atingindo 68,7% em dezembro de 2017, devido a diversas medidas adotadas no banco, tais como redução do limite

**GRÁFICO 8**  
**Participação relativa das modalidades de crédito direcionado**  
**Brasil – jan/2014 e dez/2017**



Fonte: Banco Central do Brasil  
 Elaboração: DIEESE - Rede Bancários

Se no período anterior (2008-2013), o crédito imobiliário destinado à pessoa jurídica registrou espetacular incremento, nos últimos quatro anos, houve redução real de -14,3%. O que manteve o patamar ainda elevado foi a carteira de pessoas físicas, com crescimento de 28,3% acima da inflação do período, conforme mostra a Tabela 9.

**TABELA 9**  
**Variação real do saldo<sup>1</sup> do crédito imobiliário**  
**Brasil - jan/2014 e dez/2017**

(em R\$ milhões de dez/2017)

Saldos	jan/14	dez/17	Varição
			Acumulada (em %)
Imobiliário PF (a)	440.531	565.157	+28,3%
Total Carteira Direcionado PF	657.686	798.107	+21,4%
Imobiliário PJ (b)	69.692	59.749	-14,3%
Total Carteira Direcionado PJ	911.708	704.852	-22,7%
<b>Total Imobiliário (a+b)</b>	<b>510.223</b>	<b>624.906</b>	<b>+22,5%</b>

Fonte: Banco Central do Brasil  
 Elaboração: DIEESE - Rede Bancários  
 Nota: (1) Deflator IPCA-IBGE

dos empréstimos, aumento da taxa de juros para financiamento da casa própria, ampliação dos saques da poupança, que comprometeram o SFH, mudanças no Programa Minha Casa Minha Vida, maior restrição na concessão de financiamento para famílias com renda acima de R\$ 4 mil pelo SFH, permitindo maior participação de outros bancos nesse mercado, inclusive privados.

Os recursos do BNDES foram muito afetados pela mudança da atividade econômica, uma vez que grande parte dos recursos destina-se às empresas (PJ), carteira mais afetada na recessão.

O saldo do crédito para capital de giro com recursos do BNDES tinha praticamente dobrado (crescimento de 99,5%), entre janeiro de 2008 e dezembro de 2013, alcançando o patamar de R\$ 29,750 bilhões, somando PJ e PF. No mesmo período, o financiamento de investimentos às empresas apresentou crescimento real ainda maior, com variação de 170,0%, chegando a R\$ 627,0 bilhões. No total, os recursos do BNDES tiveram variação naquele período de 153,4%, perfazendo um total de R\$ 710,7 bilhões, em dezembro de 2013 (ver Tabela 10).

**TABELA 10**  
**Saldo<sup>1</sup> das operações crédito com recursos BNDES**  
**Brasil - Janeiro de 2008 a dezembro de 2017**

Meses	Capital de Giro	Financiamento de Investimentos	(em R\$ milhões de dez/2017)	
			Financiamento Agroindustrial	Total BNDES
Jan/2008	14.910	232.190	33.408	280.510
Dez/2008	17.896	300.228	33.047	351.170
Dez/2009	20.431	400.839	38.523	459.794
Dez/2010	30.560	472.848	43.790	547.199
Dez/2011	27.969	535.815	40.223	604.007
Dez/2012	31.121	574.917	43.410	649.450
Dez/2013	29.750	626.920	54.050	710.719
Jan/2014	29.864	633.063	56.018	718.946
Dez/2014	25.196	685.944	61.963	773.104
Dez/2015	15.377	666.030	62.005	743.413
Dez/2016	16.246	539.318	63.142	618.706
Dez/2017	13.309	464.001	61.427	538.736
Variação Real Acumulada				
Jan/2008 a Dez/2017	<b>-10,7%</b>	99,8%	83,9%	92,1%
Jan/2008 a Dez/2013	99,5%	170,0%	61,8%	153,4%
Jan/2014 a Dez/2017	<b>-55,4%</b>	<b>-26,7%</b>	9,7%	<b>-25,1%</b>

Fonte: Banco Central do Brasil  
Elaboração: DIEESE – Rede Bancários  
Nota: (1) Deflator IPCA-IBGE

Entretanto, a tendência se inverteu no período recente, quando as linhas de empréstimos do BNDES começaram a ser reduzidas. Em dezembro de 2017, o saldo da linha *capital de giro* e *financiamento de investimentos* totalizaram R\$ 13,309 bilhões e R\$ 464,0 bilhões, retração de -55,4% e -26,7%, respectivamente, em relação a janeiro de 2014. A antecipação da devolução dos aportes realizados entre 2008 e 2015 (R\$ 260 bilhões) ao Tesouro Nacional, drenando o caixa, as investigações da Operação Lava

Jato e a queda das receitas das empresas, devido ao aprofundamento da recessão, reduzindo a demanda por crédito, contribuíram para a queda substancial das carteiras do BNDES no período recente. A linha de *financiamento agroindustrial* teve crescimento real discreto (9,7%). No total, os recursos do BNDES tiveram queda de um -1/4 do montante que tinham em janeiro de 2014, somando R\$ 538,7 bilhões, em dezembro de 2017.

Os dados dos desembolsos da instituição financeira reforçam essa análise: os desembolsos alcançaram, em 2014, R\$ 233,9 bilhões, enquanto em 2017 representaram apenas R\$ 71,9 bilhões<sup>5</sup>, queda real de quase 70% em três anos.

## Crédito por controle de capital: bancos públicos e privados

Os dados do Banco Central mostram que os bancos públicos também acabaram por reduzir a concessão de empréstimos nos últimos anos, principalmente a partir de 2015, acompanhando a diminuição, muito mais acentuada, no crédito concedido pelos bancos privados, nacionais e estrangeiros. Dá para afirmar que os bancos públicos cumpriram papel pró-cíclico desde então, reforçando a baixa da atividade, o que se materializou em queda generalizada do saldo do crédito no Brasil (Tabela 11).

**TABELA 11**  
**Saldo<sup>1</sup> das operações de crédito por controle de capital**  
**Brasil – janeiro de 2014 a dezembro de 2017<sup>1</sup>**

(em R\$ milhões de dezembro de 2017)

Período	Controle público	Controle privado nacional	Controle estrangeiro	Total
jan/14	1.798.537	1.146.274	532.368	3.477.179
dez/14	1.965.581	1.154.301	534.251	3.654.133
dez/15	1.965.967	1.037.189	519.459	3.522.615
dez/16	1.780.728	1.004.966	411.344	3.197.037
dez/17	1.672.291	988.876	424.472	3.085.639
<b>Variação Acumulada</b>	<b>-7,0%</b>	<b>-13,7%</b>	<b>-20,3%</b>	<b>-11,3%</b>

Fonte: Banco Central do Brasil  
Elaboração: DIEESE – Rede Bancários  
Nota: (1) Deflator IPCA-IBGE

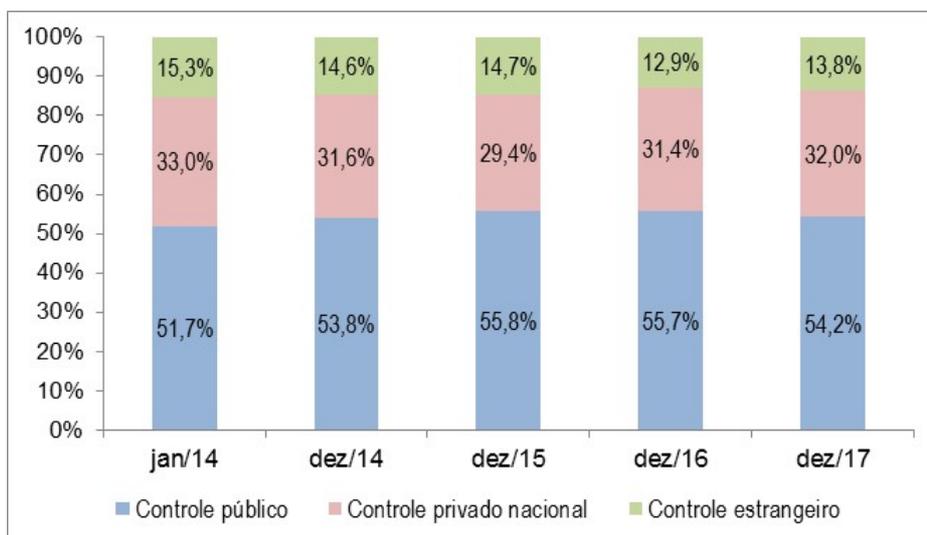
<sup>5</sup> Em R\$ de janeiro de 2018.

Nos bancos públicos, o saldo das operações de crédito caiu -7,0% em termos reais, entre janeiro de 2014 e dezembro de 2017. Entre 2015 e 2017, no entanto, a queda foi ainda mais brusca, da ordem de -14,9%. Enquanto isso, nos bancos privados nacionais, a queda de -13,7%, a partir de 2014, veio com um complicador, com a incorporação pelo Bradesco da carteira de crédito do HSBC, em julho de 2016. O recuo do saldo do crédito em instituições estrangeiras, da ordem de -20,3%, completa o quadro de retração generalizada nos quatro últimos anos.

Em função da maior queda relativa no crédito do setor privado, a participação dos bancos públicos no saldo total das operações de crédito da economia saltou de 51,7%, em janeiro de 2014, para 54,2%, em dezembro de 2017. Por sua vez, os bancos privados nacionais e estrangeiros reduziram a participação na oferta de crédito de 33,0% e 15,3%, para 32,0% e 13,8%, respectivamente, como mostra o Gráfico 9. Importante lembrar que os bancos públicos tinham participação de 33,8% e os privados, de 66,2%, em 2008.

**GRÁFICO 9**  
**Composição do Saldo das Operações de Crédito por Controle de Capital Brasil**  
**Brasil - janeiro de 2014 a dezembro de 2017<sup>1</sup>**

(em %)



Fonte: Banco Central do Brasil  
Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

A relação crédito/PIB dos bancos em atividade no Brasil, que era de 50,5% em janeiro de 2014, caiu para 47,1%, em dezembro de 2017. Se considerados apenas os bancos públicos, essa relação foi crescente, entre janeiro de 2014 e dezembro de 2015, quando atingiu quase 30% do PIB. Desde então, com a decisão do governo de não mais utilizar instrumentos de direcionamento de crédito como política anticíclica, essa relação caiu para 25,5%, em dezembro de 2017. Importante salientar que o PIB brasileiro também apresentou retração no período, mas a queda no estoque de crédito foi superior à queda do Produto. Já o saldo das operações de crédito dos bancos privados nacionais alcançou 15,1% do PIB, em dezembro de 2017, enquanto nas instituições estrangeiras era de 6,5% (Tabela 12).

**TABELA 12**  
**Relação crédito/PIB por controle de capital**  
**Brasil - janeiro de 2014 a dezembro de 2017<sup>1</sup>**  
(em % do PIB)

Mês/Tipo de Controle	Controle público	Controle privado nacional	Controle estrangeiro
jan/14	26,1	16,6	7,7
dez/14	28,1	16,5	7,6
dez/15	29,9	15,8	7,9
dez/16	27,6	15,6	6,4
dez/17	25,5	15,1	6,5

Fonte: Banco Central do Brasil  
Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

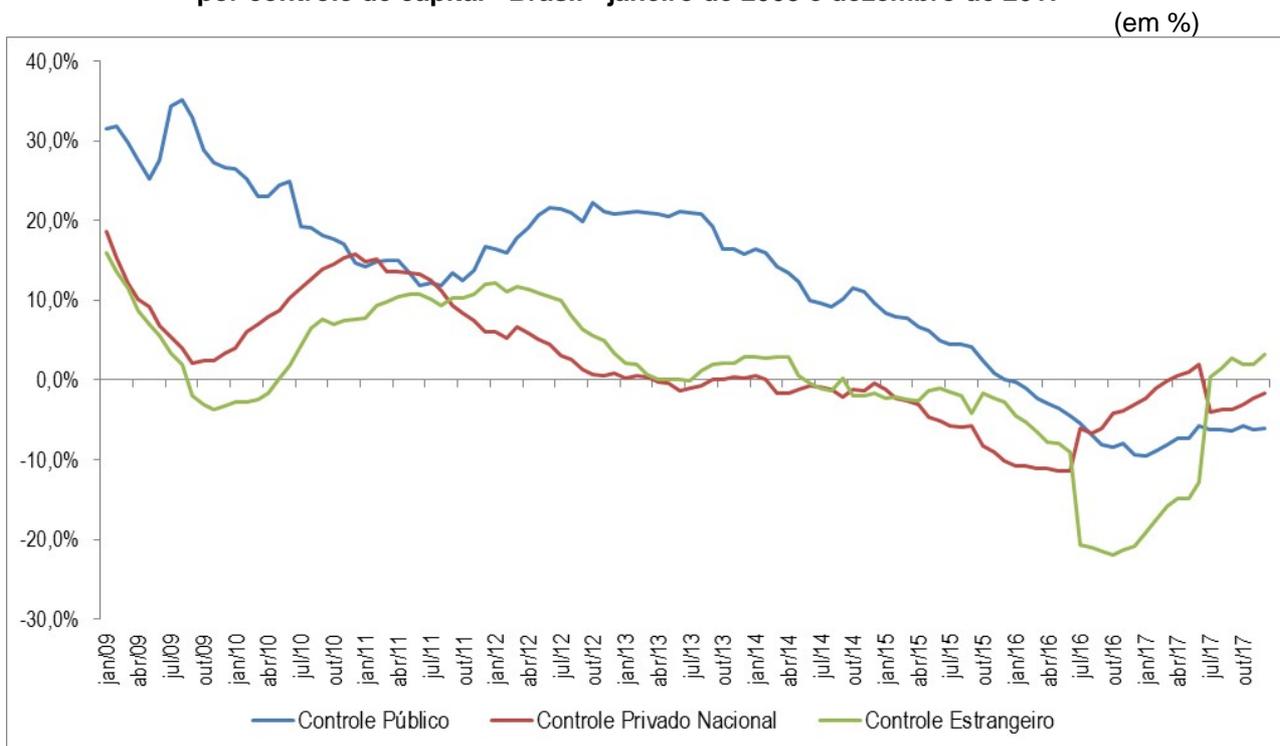
No que se refere às taxas de crescimento do crédito em 12 meses, tanto dos bancos públicos quanto privados, é possível observar distintos momentos e compreender os diferentes papéis que ambos cumpriram na sustentação do crédito e da atividade econômica na última década.

O primeiro ocorreu durante a crise financeira internacional, quando os bancos públicos foram utilizados deliberadamente como política anticíclica, expandindo as carteiras de crédito e estimulando a economia. Como se verifica no Gráfico 9, posteriormente, o crédito privado acompanhou esse crescimento (com ampliação de 7,5% em 2010).

O segundo momento, em 2012, quando foram usados na tentativa de reduzir o *spread* bancário brasileiro - que permanecem entre os maiores do mundo -, reduzindo as taxas de juros. Nessa ocasião, houve forte resistência do sistema financeiro como um todo, o que impediu um movimento contundente de redução dos juros no país.

A partir do terceiro momento, de meados de 2013 até agora, as taxas de crescimento do crédito dos bancos públicos foram reduzidas paulatinamente até se tornarem negativas em 2016. O crédito privado acompanhou o movimento de baixa, contribuindo com a prolongada recessão econômica brasileira.

**GRÁFICO 10**  
**Taxa de crescimento real<sup>1</sup> acumulado em 12 meses do saldo das operações de crédito por controle de capital - Brasil - janeiro de 2008 e dezembro de 2017<sup>1</sup>**



Fonte: Banco Central do Brasil  
 Elaboração: DIEESE – Rede Bancários  
 Nota: (1) Deflator IPCA-IBGE

Apenas no fim de 2017, verificou-se discreta melhora, especialmente do crédito dos bancos estrangeiros. Estes, no entanto, responderam por pequena parcela do saldo de crédito na economia brasileira, como já visto, atuando em nichos específicos.

## Considerações finais

A recessão econômica profunda e longa, com quedas no PIB em 11 trimestres consecutivos, acompanhada de uma crise política e de mudança na condução da política econômica do último período, alteraram a tendência de crescimento do crédito, que vinha ocorrendo no período anterior a 2014.

O governo não utilizou os bancos públicos como instrumento de política econômica anticíclica. Se no período pós-crise financeira, essas instituições foram fundamentais para fomentar o consumo, a atividade industrial e manter o crescimento econômico, no momento atual, apresentaram comportamento pró-cíclico e aprofundaram a retração da economia, reduzindo a oferta de crédito.

A Caixa Econômica Federal, por exemplo, sob o pretexto de nova capitalização e aumento dos resgates da caderneta de poupança, principal fonte de recursos do financiamento imobiliário, vem reduzindo sistematicamente a concessão de empréstimos. Diferentemente do governo de Dilma Rousseff, o atual não aportou recursos do Tesouro para o banco e, apenas no início do ano de 2018, sancionou uma lei que autoriza a utilização dos recursos do FGTS para aumentar o nível de capital da instituição e ampliar empréstimos. No entanto, a medida ainda está em análise pelo Tribunal de Contas da União.

No caso do BNDES, segundo Torres Filho<sup>6</sup>, este é o momento mais difícil, pois, simultaneamente, fatores políticos e econômicos colocaram o principal banco de projetos de financiamento de longo prazo e de fomento à indústria numa encruzilhada, obrigando-o a se reinventar, sob o risco de ser desmontado em prazo relativamente curto.

Além disso, a alteração da remuneração dos empréstimos da TJLP para a TLP, válida desde janeiro de 2018, indexando-a à NTN-B, encarecerá o crédito de longo prazo no país<sup>7</sup> e, portanto, reduzirá o papel do principal banco de desenvolvimento. Segundo o DIEESE, a mudança metodológica do cálculo da TJLP

[...] deve ser entendida no contexto de profunda revisão, pelo atual governo, do papel do Estado e dos bancos públicos da economia. Está em curso um processo de esvaziamento das instituições financeiras públicas, que se manifesta na redução e/ou no encarecimento dos recursos parafiscais controlados por elas, no forte ajuste de estruturas operacionais e de pessoal e na omissão do Tesouro em realizar aportes de capital para a Caixa e o BNDES.

Tanto o Banco do Brasil quanto a Caixa Econômica Federal entraram em amplo processo de reestruturação, desde 2016, com previsão de fechamento de grande número de agências e redução de pessoal. No final de 2016, o Banco do Brasil anunciou um

---

<sup>6</sup> Torres Filho (2018).

<sup>7</sup> DIEESE (2017).

plano de reorganização institucional que previa o fechamento de 402 agências, com a transformação de outras 379 em postos de atendimento. Entretanto, foram fechadas 670 agências em 2017 e não há, no relatório de demonstrações financeiras do banco, menção ao número de postos de atendimento, mas a rede própria foi reduzida em 1.724 pontos. No que se refere ao quadro de pessoal, foi anunciado um Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada (Peai), que teve adesão de mais de 9,4 mil trabalhadores.

Na Caixa, além do Plano de Demissão Voluntária, anunciado em fevereiro de 2017, prevendo a adesão de 10 mil trabalhadores, o banco também divulgou, em julho de 2017, ampla reestruturação, avaliando que serão fechadas até 120 agências e encerradas as atividades de 131 unidades internas e administrativas.

Até o momento, esse forte ajuste nos maiores bancos públicos brasileiros não foi compensado com a ampliação da atuação do setor financeiro privado na economia. Num contexto de redução da Selic, baixas taxas de inflação, crescimento ínfimo e bancos públicos com a capacidade de conceder crédito reduzida, ficam algumas questões: será que os bancos privados concederão crédito à população a um custo menor, já que as taxas de juros bancárias ainda estão elevadas? Fomentarão a atividade industrial? Concederão crédito de longo prazo no intuito de aumentar os investimentos, gerar emprego e renda e fortalecer o mercado interno, em busca de um crescimento mais sustentado para o país?

A lógica de funcionamento do setor financeiro privado brasileiro, observada ao longo da história, não indica que tais questões serão respondidas de maneira afirmativa. Portanto, seria necessária uma mudança radical da atual política econômica, a fim de gerar um ambiente econômico de crescimento, e uma decisão política de utilização dos bancos públicos no financiamento de setores e projetos estratégicos para retomar uma dinâmica de ampliação da demanda agregada da economia. Assim, os bancos privados poderiam ser estimulados a se inserir, de alguma forma, nesse contexto e o sistema financeiro poderia vir a cumprir o que define o artigo 192 da Constituição Federal, de 1988, quer dizer, atuaria para “*promover o desenvolvimento equilibrado do País e servir aos interesses da coletividade*”.

## Referências bibliográficas

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Nota de política monetária e operações de crédito**. Brasília, DF, diversos números.

BNDES. **Evolução dos desembolsos**: séries setoriais. Brasília, DF, s.d. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br>

DIEESE. **A evolução do crédito na economia brasileira 2008 – 2013**. São Paulo, maio 2014. (Nota Técnica, 135). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec135Credito.html>

DIEESE. **Análise das mudanças na Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP**. São Paulo, jun. 2017. (Nota Técnica, 182). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec182TJLP.html>

SERASA EXPERIAN. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://noticias.serasaexperian.com.br/blog/2018/01/17/demanda-do-consumidor-por-credito-cresce-49-em-2017-aponta-serasa-experian/>

SERASA EXPERIAN. **Indicador de demanda das empresas por crédito**. São Paulo, Disponível em: <http://noticias.serasaexperian.com.br/indicadores-economicos/demanda-das-empresas-por-credito/>

SERASA EXPERIAN. **Indicador de falências e recuperações**. . São Paulo. Disponível em: [https://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/falencias\\_concordatas.htm](https://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/falencias_concordatas.htm)

TORRES FILHO, Ernani. **O BNDES em uma encruzilhada**: como evitar sua desmontagem. São Paulo: IEDI, jan. 2018. Disponível em: [http://www.iedi.org.br/media/site/artigos/20180130\\_BNDES.pdf](http://www.iedi.org.br/media/site/artigos/20180130_BNDES.pdf)

Rua Aurora, 957 – 1º andar  
CEP 05001-900 São Paulo, SP  
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394  
E-mail: en@dieese.org.br  
www.dieese.org.br

**Presidente: Bernardino Jesus de Brito**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

**Vice-presidente: Raquel Kacelnikas**

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região – SP

**Secretário Nacional: Nelsi Rodrigues da Silva**

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

**Diretor Executivo: Alex Sandro Ferreira da Silva**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP

**Diretor Executivo: Antonio Francisco Da Silva**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel – SP

**Diretor Executivo: Carlos Donizeti França de Oliveira**

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo – SP

**Diretora Executiva: Cibele Granito Santana**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas – SP

**Diretora Executiva: Elna Maria de Barros Melo**

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco – PE

**Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes**

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul – RS

**Diretor Executivo: Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba – PR

**Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa**

Sindicato dos Eletricitários da Bahia – BA

**Diretor Executivo: Sales José da Silva**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região – SP

**Diretora Executiva: Zenaide Honório**

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

**Direção Técnica**

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Fausto Augusto Júnior – Coordenador de Educação

José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais

Patrícia Pelatieri – Coordenadora de Pesquisas e Tecnologia

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

**Equipe Técnica**

Cátia Uehara (Subseção Sindicato dos Bancários de SP)

Fernando Amorim (Subseção Sindicato dos Bancários do RJ)

Gustavo Cavarzan (Subseção Sindicato dos Bancários de SP)

**Revisão Técnica**

Barbara Valejos (Subseção Contraf-CUT)

Pedro Tupinambá (Subseção Sindicato dos Bancários do DF)

Vivian Machado (Subseção Contraf-CUT)